

Interpelação Escrita

Deputado José Maria Pereira Coutinho

“Aumentar transparência e combater a concorrência desleal na atribuição dos subsídios aos projectos não jogo.”

Recentemente, um membro do Governo afirmou que daqui a uns meses será reavaliado, o tal **Plano de Investimento**, um plano bifurcado (**IC e as 6 concessionárias**) destinado a dinamizar e atrair turistas para as seis zonas históricas. O referido governante prometeu também que iria implementar um centro de desenvolvimento para essas zonas podendo inclusivamente serem acrescidas novas zonas turísticas.

De referir, que nestes últimos dois anos, o nosso **Gabinete de Atendimento aos Cidadãos** tem recebido muitas queixas de residentes e jovens empresários alegando terem sido sistematicamente preteridos na aprovação dos projectos não jogo devido à concorrência desleal de influentes **“grupos de interesses”** que praticamente monopolizaram a maioria dos projectos aprovados. As consequências dessa influência indevida na economia e na sociedade são generalizadas e contribuíram à deficiente alocação de recursos públicos, reduziram a competitividade entre as empresas e associações perpetuando as desigualdades sociais e para além do falhanço dos projectos. A experiência do passado mostra que a formulação de políticas públicas nem sempre foi objectiva e inclusiva por diversas vezes terem sido considerados os interesses de uma pequena minoria geralmente com maior influência e poderio financeiro.

Deste modo as empresas, associações e cidadãos estão na expectativa de que a futura revisão global do Plano de Investimento centralize primariamente no balanço dos recursos investidos pelas seis concessionárias do jogo desde 2023 a 2025 e os resultados e benefícios que foram obtidos. Deve igualmente ser revista de uma forma global os critérios da aceitação dos projectos não jogo, elevar os níveis de transparência na aprovação devendo igualmente serem divulgados os montantes aprovados uma vez que está em causa o interesse público de dinamização das zonas turísticas. avaliar, de forma objectiva, beneficiam, ou não, o desenvolvimento de Macau.

1. Que medidas vão ser implementadas no futuro para aumentar a competitividade

entre os concorrentes eliminando-se a concorrência desleal?

2. Vai o Governo estipular prazos, divulgar publicamente os procedimentos e etapas aquando da apresentação dos projectos, qual a entidade ou entidades decisórias na aprovação dos projectos não jogo e subsequente concessão dos financiamentos podendo igualmente ser consultada nas respectivas páginas electrónicas dos serviços competentes?